
CARGO: TÉCNICO DE PROCURADORIA.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Você recebeu do fiscal o seguinte material:
 - a) Este caderno com questões objetivas, sem repetição ou falha.
 - b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
2. Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
3. Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a **caneta esferográfica de tinta cor preta ou azul**.
4. No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo todo o espaço compreendido, a caneta esferográfica de tinta cor preta ou azul, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.
5. Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
6. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas alternativas que só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**, a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
7. As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
8. **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
 - a) Se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, headphones, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
 - b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CARTÃO-RESPOSTA**.
9. Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
10. Quando terminar, entregue ao fiscal o **CARTÃO-RESPOSTA**.
11. O **GABARITO** da Prova Objetiva será divulgado no PRÓXIMO DIA ÚTIL, no endereço eletrônico www.iuds.org.br

Considere o texto I para responder às questões 01 a 16.

TEXTO I – Pelas futuras gerações, o atual sistema da moda precisa ser repensado

A moda convencional, atrelada à produção insustentável, ao consumismo e ao descarte irresponsável, compromete as necessidades das futuras gerações. Por isso, além de reduzir impactos ambientais e sociais, o atual sistema da moda precisa ser repensado. Soluções puramente técnicas ou mercadológicas não são suficientes. Novos modos, apoiados em princípios que respeitem a equidade intergeracional, precisam ser considerados.

A obsolescência planejada, iniciada nos anos 30 e intensificada no pós-guerra, contribuiu para a valorização da novidade, agravando os danos ambientais. E, com o modo de produção capitalista instaurado, o incremento da oferta tornou-se maior que a demanda. A obsolescência pode ser relacionada à qualidade ou à sua função psicológica, esta também pode ser chamada obsolescência de estilo, de desejabilidade, ou gosto, provocando a redução do uso. Sabemos que essa prática tem sido comum no setor da moda; as marcas provocam intencionalmente a obsolescência de determinado produto, lançando novas coleções em espaços de tempo cada vez menores. [...]

Também é importante destacarmos as condições precárias dos trabalhadores da cadeia da moda, apesar da existência de normas internacionais, certificações e legislações. É comum o deslocamento da produção industrial para lugares onde os salários são mais baixos e praticamente inexistem leis trabalhistas, resultando em uma cadeia de fornecimento de enorme complexidade, com fábricas espalhadas por várias nações. Assim, grande parte da responsabilidade pelo bem-estar dos trabalhadores recai sobre os fabricantes terceirizados, que estão fora da influência imediata das grandes marcas. [...]

Conforme relatório da Global Fashion Agenda e The Boston Consulting Group, se a população global aumentar, como esperado, para 8,5 bilhões de pessoas até 2030, estima-se que o consumo do vestuário aumentará em 63%, ou seja, de 62 milhões de toneladas hoje para 102 milhões de toneladas em 2030 – o equivalente a mais de 500 bilhões de camisetas. Em consequência, o consumo de água na indústria convencional aumentaria por volta de 50%, as emissões de CO₂, em torno de 63% e a produção de lixo, 62%, entre outros impactos ambientais e sociais. Por outro lado, o mesmo relatório afirma que, se houver uma profunda transformação nesse setor, empregando de modo mais eficiente e diligente os recursos escassos, tratando os trabalhadores justamente e fazendo progressos em uma variedade de questões na cadeia de valor, a indústria da moda terá a oportunidade de criar uma mudança social em larga escala. [...]

Sim, todos nós podemos colaborar nessa transição. Como cidadãos, podemos repensar nossos hábitos diários de uso, consumo e descarte; apoiar e participar de iniciativas pró-sustentabilidade, no âmbito social ou ambiental. Como consumidores, podemos exigir transparência e práticas sustentáveis das marcas, priorizar o consumo local, autoral e de produtos com menor impacto. Como profissionais, devemos buscar novas alternativas, quebrar paradigmas, considerar os limites do planeta. O posicionamento das marcas também é fundamental nesse processo. Elas podem escolher o protagonismo, apoiando a transformação e o impacto positivo, ou se acomodar com o convencional, destoando do espírito do tempo.

Cacá W. Camargo. Fragmento adaptado. In: *Carta Capital*, 30/09/2019. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/fashion-revolution/pelas-futuras-geracoes-o-atual-sistema-da-moda-precisa-ser-repensado/>

Questão 01

De acordo com os sentidos do texto, acomodar-se com o convencional destoaria do espírito do tempo, pois hoje:

- o futuro é imprevisível, assim não há indicativos de atitudes que sejam mais apropriadas para o mercado da moda quanto às condições de produção
- a devida avaliação dos potenciais impactos ambientais torna inviável a manutenção da indústria da moda com índices de lucratividade
- os consumidores confiam no comportamento corporativo da moda convencional quanto à preservação dos recursos naturais do planeta
- passa-se a perceber com mais clareza que a moda convencional ocasiona níveis inaceitáveis de interferência nas condições naturais do planeta
- o mercado da moda está inteiramente globalizado, o que impede a indústria da moda de definir um comportamento ético não convencional

Questão 02

No texto I, é expresso o ponto de vista de que as condições dos trabalhadores da cadeia da moda são precárias sobretudo porque:

- novas coleções são lançadas em curtos espaços de tempo
- não têm sido apontadas soluções técnicas de modo suficiente
- inexiste legislação internacional que ampare os profissionais desse setor
- as grandes marcas não se responsabilizam diretamente pelo bem-estar desses profissionais
- os hábitos desses profissionais quanto a uso, consumo e descarte são também nefastos

Questão 03

No título, há aparente ambiguidade que se desfaz com a leitura do texto. Essa ambiguidade é eliminada e se altera o sentido original do título, na seguinte reescrita:

- Tendo em vista as futuras gerações, precisa-se repensar o atual sistema da moda
- O atual sistema da moda precisa ser repensado pelas futuras gerações
- Precisa ser repensado para as futuras gerações o atual sistema da moda
- O atual sistema da moda, pelas futuras gerações, precisa ser repensado
- É preciso repensar o atual sistema da moda, pelas futuras gerações

Questão 04

Em “empregando de modo mais eficiente e **diligente** os recursos escassos” (4º parágrafo), o melhor sinônimo para o adjetivo em destaque é:

- ativo
- zeloso
- ligeiro
- apático
- indolente

Questão 05

O contexto permite depreender o significado de palavras e expressões antes desconhecidas. Dessa forma, em “A **obsolescência planejada**, iniciada nos anos 30 e intensificada no pós-guerra” (2º parágrafo), é possível perceber que o termo em destaque significa:

- criação de obstáculos ao comércio e consumo obsessivo de bens supérfluos
- embaraço ao produtor causado pela obsessão em acumular antiguidades
- impedimento do consumo de bem antiquado ou obscuro, em vias de cair em desuso

- d) interrupção de processo arcaico em andamento ou de produção de bens ocasionais
- e) diminuição da vida útil ou do valor de um bem decorrente da ação deliberada do produtor

Questão 06

“Soluções puramente técnicas ou mercadológicas não são suficientes. Novos modos, apoiados em princípios que respeitem a equidade intergeracional, precisam ser considerados.” (1º parágrafo). Sem outra alteração a não ser a retirada do primeiro ponto final, essas duas frases podem ser unidas, de modo a explicitar a relação de sentido que estabelecem entre si, com o uso do conector:

- a) logo
- b) porém
- c) enquanto
- d) mesmo assim
- e) por mais que

Questão 07

Na grafia de **obsolescência**, há emprego do dígrafo consonantal *sc* que, segundo a atual convenção ortográfica, **NÃO** preenche corretamente a lacuna da palavra:

- a) e_edente
- b) eferve_er
- c) adole_ente
- d) a_endente
- e) rejuvene_er

Questão 08

Em “se a população global aumentar, ... estima-se que o consumo do vestuário aumentará” (4º parágrafo), é expressa uma condição para que algo se realize. A flexão de uma forma verbal prejudica a coerência do segmento, ao se reescrever:

- a) aumentada a população global, ... estima-se que o consumo do vestuário aumentará
- b) desde que a população global aumentasse, ... estima-se que o consumo do vestuário aumentará
- c) aumentando a população global, ... estima-se que o consumo do vestuário aumentaria
- d) se a população global tivesse aumentado, ... estima-se que o consumo do vestuário aumentaria
- e) caso a população global aumente, ... estima-se que o consumo do vestuário aumentará

Questão 09

Estão corretos o emprego e a flexão de todas as formas verbais na frase:

- a) Se as grandes marcas não manterem dignas condições de trabalho, haverá boicote.
- b) Uns não tem roupa alguma para vestir, outros jamais põe muitas das peças que compram.
- c) A marca que não se propor a mudar em direção à sustentabilidade enfrentará adversidades.
- d) A indústria de roupas e modas relacionava-se, antes, à criatividade; recentemente, no entanto, também se associa à poluição.
- e) O papa Francisco, entre algumas outras personalidades contemporâneas, afirmaram que se vivencia tempos da cultura do descarte.

Questão 10

Na sequência “as emissões de CO₂, em torno de 63% e a produção de lixo, 62%” (4º parágrafo), o emprego das vírgulas cumpre a função de indicar:

- a) a interrupção de um seguimento natural de ideias
- b) o isolamento de um detalhamento de informação anterior
- c) o acréscimo de explicação por meio de citação de fala alheia
- d) a antecipação de um termo que será retomado posteriormente por pronome
- e) a omissão de um termo mencionado anteriormente e facilmente identificável

Questão 11

“É comum o deslocamento da produção industrial para lugares **onde** os salários são mais baixos” (3º parágrafo). Sem outra alteração nem prejuízo para a correção do enunciado, pode-se substituir o pronome em destaque, por:

- a) cujos
- b) donde
- c) aos quais
- d) dos quais
- e) nos quais

Questão 12

A alternativa em que ambos os verbos indicados entre parênteses devem ser conjugados numa forma do singular para preencher corretamente as lacunas da frase é:

- a) Os males do cultivo do algodão ____ (apavorar), pois para se fabricar uma camiseta ____ (gastar-se) mais de dois mil litros de água.
- b) A fabricação de certos produtos, que ____ (expor-se) lindamente nas vitrines, ____ (acarretar) um custo ambiental e social muito alto.
- c) A produção de petróleo, da perfuração de poços até o refino, ____ (implicar) vários desgastes e o acúmulo de resíduos, o que ____ (causa) muitas alterações no meio ambiente.
- d) Os impactos relativos à produção de carne animal ____ (incluir) a emissão de 18% dos gases do efeito estufa gerados no mundo, que ____ (ultrapassar) a ocasionada por veículos.
- e) Para produzir um quilo de carne bovina ____ (utilizar-se) 2.500 litros de água potável; mais da metade da produção de grãos não ____ (destinar-se) à população humana, mas à animal.

Questão 13

Na grafia de **relatório**, **espírito**, **água** e **também** o acento gráfico é necessário em razão das mesmas regras que exigem, respectivamente, a acentuação das palavras agrupadas em:

- a) âmbito - hábitos - insustentáveis - nós
- b) vestuário - transparência - existência - é
- c) influência - irresponsável - salários - ninguém
- d) precárias - mercadológicas - princípios - além
- e) diários - práticas - técnicas - pró-sustentabilidade

Questão 14

Ao reescrever “é importante destacarmos as condições precárias dos trabalhadores da cadeia da moda, **apesar da existência de normas internacionais**” (3º parágrafo), altera-se o sentido original, caso se substitua o segmento em destaque por:

- a) embora haja normas internacionais
- b) enquanto houver normas internacionais
- c) mesmo existindo normas internacionais
- d) conquanto existam normas internacionais
- e) se bem que existam normas internacionais

Questão 15

O termo **também**, que inicia o terceiro parágrafo do texto I, é uma palavra que denota:

- a) realce

- b) situação
- c) inclusão
- d) conclusão
- e) designação

Questão 16

Sufixos são usados para formar um novo vocábulo e, em geral, alteram a categoria gramatical de uma palavra a que se juntam. É **INCORRETA** a caracterização do sufixo existente em:

- a) **oportunidade** – forma substantivo derivado de adjetivo, como em *complexidade*
- b) **irresponsável** – forma substantivo derivado de advérbio, como em *sustentável*
- c) **ambiental** – forma adjetivo derivado de substantivo, como em *convencional*
- d) **deslocamento** – forma substantivo derivado de verbo, como em *fornecimento*
- e) **puramente** – forma advérbio derivado de adjetivo, como em *intencionalmente*

Considere o texto II para responder às questões 17 a 25.

Texto II - Economia Circular na Moda

A indústria da moda é notoriamente conhecida por ser intensiva em uso de recursos. Da produção da fibra ao varejo são muitas etapas requerendo uso de solo, água, químicos, energia. Porém, há um debate crescente sobre o desperdício desses recursos, ou seja, o quanto se perde não só no processo produtivo, mas no pós-consumo de moda. Neste cenário, onde atuação urgente se faz necessária, aparece a economia circular e suas diversas possibilidades de aplicação na indústria e no varejo de moda.

Uma checada rápida nos dados mais recentes sobre o uso e desperdício de recursos revela números que saltam aos olhos. Segundo o relatório *The New Textile Economy*, da Fundação Ellen MacArthur, um caminhão de têxteis é descartado a cada segundo no mundo. Em 2017, a Abit – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – estimou um desperdício de, pelo menos, 170 mil toneladas de resíduos têxteis no Brasil. Esse número é referente apenas à sobra do corte das roupas. Ou seja, nesta conta, não entram as roupas e outros itens de moda que são descartados pela população no pós-consumo e acabam em lixões ou aterros sanitários, por exemplo.

Porém, a necessidade de repensar o modelo ‘extrair, produzir e descartar’ vai muito além da circularidade para os tecidos e roupas. É preciso entender e praticar a economia circular em cada etapa do processo de produção e consumo, principalmente quando falamos do uso de matérias-primas, água e energia. O modelo circular se baseia em três princípios, conforme apontado pela Fundação Ellen MacArthur, que vem se dedicando à promoção da economia circular pelo mundo: reduzir resíduos e poluição, prolongar o uso de produtos e materiais e regenerar os sistemas naturais.

Instituto C&A.30/08/2019. Excerto. Disponível em:

<https://www.institutocea.org.br/noticias/noticias/2019/08/economia-circular-na-moda>

Questão 17

A leitura do texto permite compreender que convém praticar a economia circular, pois esta:

- a) favorece a contaminação do solo decorrente da produção e descarte de produtos e de seus resíduos
- b) propicia rápida escassez de recursos, aumento da poluição e vulnerabilidade humana e ambiental
- c) possibilita o aproveitamento inteligente dos recursos que já se encontram em uso no processo produtivo

- d) condiciona o crescimento econômico e o bem-estar humano ao consumo progressivo e à extração crescente de novos recursos
- e) potencializa o risco iminente de esgotamento de matérias-primas e recursos disponíveis e custos cada vez mais elevados de extração

Questão 18

No texto, o substantivo composto “matérias-primas” está corretamente flexionado no plural. Porém, há **ERRO** na flexão da palavra destacada em:

- a) Os **salários-famílias** precisam ser reajustados urgentemente...
- b) Os **guardas-civis** atuam de modo a complementar a segurança pública...
- c) Os **decretos-leis** foram expedidos por presidentes da república no passado...
- d) Os **abaixo-assinados** vêm solicitar sua atenção para uma questão relevante...
- e) Os **vice-presidentes** não costumam ter atuação muito enfática nesse aspecto...

Questão 19

“Uma checada rápida nos dados mais recentes sobre o uso e desperdício de recursos revela números que saltam aos olhos.” (2º parágrafo) Sem prejuízo da correção gramatical nem do sentido original da frase, a reescrita adequada ao ambiente profissional é:

- a) Quando se conferem, de modo rápido, dados recentes sobre uso e desperdício de recursos, os números saltam.
- b) Ver resumidamente dados mais recentes sobre o uso e desperdício de recursos resulta em espanto diante dos olhos.
- c) Uma rápida consulta a dados recentes sobre o uso e o desperdício de recursos, propicia a constatação de índices reveladores.
- d) Basta um olhar por alto dados mais recentes sobre o uso e o desperdício de recursos, que se revelem números assustadores.
- e) Ao se verificar ligeiramente dados recentes sobre o uso e o desperdício de recursos, deparamos com péssimos indicadores.

Questão 20

“Porém, **há** um debate crescente sobre o desperdício desses recursos” (1º parágrafo). O verbo, nesse contexto, é chamado de impessoal – emprega-se apenas na 3ª pessoa do singular. Também é impessoal o verbo da frase:

- a) Não **faz** sequer um ano de funcionamento da fábrica.
- b) Ainda não **era** meia-noite, e o susto do assalto...
- c) **Existe**, hoje, muita controvérsia sobre esse aspecto.
- d) **Aluga-se** uma casa mobiliada com vista para o mar.
- e) A ganância ou a ignorância **gerou** esse estado de coisas.

Questão 21

“Neste cenário, onde atuação urgente se faz necessária, **aparece a economia circular e suas diversas possibilidades de aplicação**” (1º parágrafo). No segmento em destaque, a ordem usual da oração em português, na qual o verbo vem depois do sujeito, é invertida. Também se verifica ordem inversa em:

- a) “O modelo circular se baseia em três princípios”
- b) “e acabam em lixões ou aterros sanitários, por exemplo”
- c) “Ou seja, nesta conta, não entram as roupas e outros itens”
- d) “um caminhão de têxteis é descartado a cada segundo no mundo”
- e) “que vem se dedicando à promoção da economia circular pelo mundo”

Questão 22

“Esse número é referente apenas à sobra do corte das roupas.” (2º parágrafo). Assim como nesse contexto, torna-se necessário o uso do sinal grave indicativo de crase em:

- a) A publicidade nos induz a comprar cada vez mais.
- b) Felizmente, muitas pessoas são contrárias a ostentação.
- c) Devemos ensinar a futuras gerações o valor de preservar o ambiente.
- d) Todos os dias convém exercitar a gratidão pelos presentes em nossa vida.
- e) O bom é obedecer a esse preceito básico: buscar aquilo que é bom para todos.

Questão 23

“**Porém**, a necessidade de repensar o modelo ‘extrair, produzir e descartar’ vai muito além” (3º parágrafo). Modifica-se o sentido original do segmento ao se substituir o conector em destaque por:

- a) mas
- b) todavia
- c) contudo
- d) entretanto
- e) portanto

Questão 24

Quanto à concordância verbal, o uso da língua portuguesa está adequado à situação formal, respeitando as regras gramaticais estabelecidas para a norma escrita padrão na seguinte frase:

- a) A preocupação com questões ambientais passam a abranger aspectos sociais e econômicos.
- b) No debate contemporâneo sobre desenvolvimento sustentável, desponta novas ideias e graves questionamentos.
- c) Os atuais padrões de consumo e crescimento econômico ameaçam as sociedades e a qualidade de vida no planeta.
- d) Hoje, o desenvolvimento científico e tecnológico são fundamentais para aumentar a eficiência no uso dos recursos naturais.
- e) A exploração indevida dos recursos naturais e a busca incessante de resultados econômicos prejudica a vida na Terra.

Questão 25

Em “o quanto se perde não só no processo produtivo, mas no pós-consumo de moda” (1º parágrafo), dois termos denotam circunstâncias relativas ao verbo *perder* e estão coordenados por conectores que estabelecem entre eles uma relação de:

- a) adição
- b) contraste
- c) alternância
- d) explicação
- e) conclusão

DIREITO CONSTITUCIONAL – 15 QUESTÕES

Questão 26

Os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais de Justiça, os Juízes Federais e Estaduais são alguns dos órgãos do Poder Judiciário citados no art. 92 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988). Em relação à estrutura, composição e competência dos referidos órgãos integrantes do Poder Judiciário, afirma-se que:

- a) a competência dos Tribunais será definida na Constituição Federal, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça

- b) são órgãos da Justiça Federal os Tribunais Regionais Federais, os Juízes Federais e os juízes de paz
- c) compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral
- d) aos Juízes Federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública federal e sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho
- e) os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta e cinco anos

Questão 27

A CRFB/1988, objetivando garantir o bom funcionamento do Estado Democrático de Direito, consagrou a existência de funções essenciais à Justiça (Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública). No que concerne ao tema, a alternativa INCORRETA é:

- a) o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional
- b) a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo
- c) o Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios
- d) a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da CRFB/1988
- e) os Defensores Públicos serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, conforme art. 39, §4º da CRFB/1988

Questão 28

A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Com base nos conceitos elementares e fundamentos principiológicos que regem a Administração Pública é correto afirmar que:

- a) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, desde que reste comprovado dolo ou culpa
- b) ao servidor titular de cargo efetivo, após inatividade, é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a

remuneração de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração

- c) a pessoa no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, receberá a remuneração do cargo eletivo na qual foi investida
- d) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo
- e) os professores não se submetem à vedação de acumulação do art. 37, XVI da CRFB/1988, podendo ocupar vários cargos públicos na área de educação, desde que exista compatibilidade de horários

Questão 29

A CRFB/1988 estabeleceu, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, as imunidades e os princípios como limitações ao poder de tributar. No que diz respeito ao tema, analise as seguintes vedações constitucionais:

I - sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos

II - é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou

III - é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça

IV - é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado

V - é vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios

A sequência correta de princípios tributários correspondentes às vedações é:

- a) isonomia tributária; anualidade; legalidade tributária; anterioridade; proibição das isenções heterônomas
- b) isonomia tributária; anterioridade; legalidade tributária; irretroatividade; proibição das isenções heterônomas
- c) princípio da não discriminação baseada na procedência ou destino; anualidade; legalidade tributária; anterioridade; isonomia tributária
- d) capacidade contributiva; anterioridade; legalidade tributária; irretroatividade; princípio federativo
- e) isonomia tributária; anualidade; legalidade tributária; anterioridade; princípio federativo

Questão 30

A repartição constitucional de competência tributária é fruto da opção pelo sistema federalista. Quanto às competências constitucionalmente outorgadas aos entes políticos, é correto afirmar que:

- a) a União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, desde que compreendidos em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação
- b) compete aos Estados e ao Distrito Federal instituírem impostos sobre transmissão causa mortis e doação de bens e direitos relacionados a imóveis

- c) compete aos Municípios instituírem impostos sobre propriedade predial e territorial urbana e rural
- d) compete à União e aos Estados instituírem impostos sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar
- e) a União poderá instituir mediante lei complementar, impostos não previstos no art. 153 da CRFB/1988, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição

Questão 31

A CRFB/1988 assegura ao servidor público alguns dos direitos sociais previstos nos incisos do art. 7º. No que tange ao tema, são somente direitos sociais estendidos aos servidores públicos na forma do §3º do art. 39 da Constituição:

- a) salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado/piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho/garantia de salário nunca inferior ao mínimo, para os que perceberem remuneração variável
- b) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria/remuneração de trabalho noturno superior à do diurno/proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa
- c) salário família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei/jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos interruptos de revezamento, salvo negociação coletiva/repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos
- d) duração de trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horário e a redução da jornada, mediante acordo ou convencionamento coletivo de trabalho/remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal/adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei
- e) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal/proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei/redução aos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança

Questão 32

A Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu, segundo se extrai de sua apresentação, "procura espelhar como a sociedade quer que seja seu município na convivência de seus diversos segmentos, na defesa de seus direitos, de seu patrimônio, e na ação dos responsáveis pela gestão da coisa pública". Diante do referido contexto:

- a) é infração político-administrativa dos Vereadores fixar residência fora do Município
- b) em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Procurador Geral do Município
- c) verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, no último ano do mandato, far-se-á nova eleição para o restante do mandato
- d) compete privativamente à Secretaria de Economia e Finanças do Município a cobrança judicial de sua dívida ativa
- e) a lei ordinária de criação da guarda-municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina

Questão 33

A CRFB/1988, em seu art. 1º, prevê expressamente como fundamentos da República Federativa do Brasil:

- a) a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a cidadania, a soberania, os valores sociais do trabalho e o salário mínimo vital

- b) a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a cidadania, a soberania e o desenvolvimento financeiro
- c) a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a cidadania, a soberania e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- d) a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a cidadania, a soberania e o equilíbrio das finanças públicas
- e) a dignidade do cidadão brasileiro, a cidadania, a soberania, a intervenção militar e a fusão entre espaço público e privado

Questão 34

Em relação às emendas constitucionais, é correto afirmar que:

- a) a proposta de emenda constitucional, após ter sido discutida e aprovada no Congresso Nacional em único turno, será enviada ao Presidente da República para sanção ou veto
- b) a Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta dos Municípios
- c) é possível proposta de emenda para estabelecimento da pena de banimento
- d) matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta de modificação da Constituição
- e) na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, a Constituição Federal não poderá ser emendada

Questão 35

Acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, analise como V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas:

() é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação política ou instrução processual penal

() as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata

() a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

() a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação administrativa

() conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público

A sequência correta é:

- a) F, F, V, F, V
- b) F, V, F, V, F
- c) V, F, V, F, V
- d) V, V, V, F, V
- e) F, V, V, F, F

Questão 36

É uma característica do Estado Federal brasileiro a:

- a) soberania dos Estados-Membros e dos Municípios
- b) autonomia dos Territórios
- c) delegação de competências remanescentes aos Estados
- d) previsão constitucional do direito de secessão
- e) centralização político-administrativa das unidades federadas

Questão 37

De acordo com a Constituição Federal, acerca da acumulação remunerada de cargos públicos, pode-se dizer que:

- a) é vedada a acumulação de um cargo remunerado de Procurador do Município com outro cargo remunerado de professor municipal, tendo em vista que a natureza da primeira ocupação não está contemplada na previsão constitucional
- b) é vedada a acumulação de dois cargos de professor, pois configuraria infração à norma constitucional que instituiu o teto remuneratório para o funcionalismo público
- c) é permitida a acumulação de um cargo remunerado de técnico de Procuradoria com outro cargo remunerado de analista da Câmara Municipal, desde que observadas as normas que disciplinam o teto remuneratório dos servidores públicos e a compatibilidade de horário
- d) é permitida a acumulação remunerada de três cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, haja vista a relevância social do serviço
- e) é permitida a acumulação de um cargo remunerado de Procurador do Município com outro cargo remunerado de professor, desde que observadas as normas que disciplinam o teto remuneratório dos servidores públicos e a compatibilidade de horário

Questão 38

Acerca do Poder Legislativo, é correto afirmar que:

- a) cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos
- b) o Poder Legislativo federal é integrado por Deputados Federais e Senadores, em sendo ambos eleitos pelo sistema majoritário
- c) o Poder Legislativo estadual recebe a denominação de Assembleia Legislativa e possui estrutura bicameral
- d) o Poder Legislativo Federal representa a vontade do povo através do Senado Federal
- e) são membros da Câmara Municipal os vereadores e os Secretários Municipais

Questão 39

O Supremo Tribunal Federal (STF):

- a) é composto por onze Ministros, escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada
- b) compõe-se de onze Ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Congresso Nacional
- c) é composto por onze Ministros, dos quais não se exige que provenham dos quadros do Poder Judiciário
- d) compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal
- e) possui natureza de Tribunal Constitucional, e a ele cabe exercer a guarda da Constituição, observada as determinações judiciais do Conselho Nacional de Justiça

Questão 40

Acerca dos princípios e regras setoriais da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) a remuneração dos servidores municipais somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa dos vereadores
- b) o servidor público estável poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada a ampla defesa

- c) são princípios constitucionais setoriais da Administração Pública previstos expressamente na Constituição a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a supremacia do interesse público e a eficiência
- d) diferentemente dos cargos em comissão, as funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo
- e) o prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período

DIREITO ADMINISTRATIVO – 10 QUESTÕES

Questão 41

João pretende ingressar nos quadros de apoio de certo órgão de advocacia pública. Conforme disposto no art. 37, II, da CRFB/1988, para investidura no cargo público efetivo almejado, deverá ser previamente aprovado em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma prevista em lei. Tal exigência constitui claro exemplo de aplicação do princípio constitucional da:

- a) proporcionalidade
- b) razoabilidade
- c) impessoalidade
- d) supremacia do interesse público
- e) publicidade

Questão 42

O Município concedeu autorização de uso privativo de calçada para que certo restaurante ali colocasse mesas e cadeiras, através do devido processo administrativo e após constatada a observância dos parâmetros das leis municipais. Contudo, meses depois da autorização, foi instalado um novo ponto de ônibus próximo ao local, verificando-se que a utilização privativa do espaço nos termos da autorização passou a atrapalhar o fluxo de pedestres na calçada. Sendo assim, o Município:

- a) poderá revogar o ato administrativo de autorização de uso, por razões de conveniência e oportunidade
- b) deverá anular seu ato administrativo, tendo em vista a ilegalidade da medida
- c) não poderá revogar a autorização de uso, por se tratar de ato administrativo vinculado
- d) deverá recorrer ao Poder Judiciário para anular o ato administrativo de autorização de uso
- e) poderá convalidar o ato administrativo de autorização de uso, que se mostrou ilegal

Questão 43

Através do regular procedimento licitatório, o Município contratou a execução de obra para a construção de uma escola da rede pública municipal de ensino. Ocorre que, na metade da obra, a contratada abandonou completamente sua execução, razão pela qual o Município rescindiu o contrato por inexecução. Nesse caso, para o remanescente da obra, a licitação é:

- a) obrigatória, sendo a única forma de concluir a obra
- b) inexigível, podendo o Município consultar os participantes da licitação anterior para que apresentem novas propostas de preço, devendo contratar aquele que fizer a oferta mais vantajosa
- c) dispensável, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido
- d) inexigível, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo

licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido

- e) dispensável, podendo o Município consultar os participantes da licitação anterior para que apresentem novas propostas de preço, devendo contratar aquele que fizer a oferta mais vantajosa

Questão 44

Os contratos administrativos possuem como peculiaridade as cláusulas exorbitantes, que configuram prerrogativas à Administração e sujeições ao contratado. Quanto a tais cláusulas, afirma-se que:

- a) decorrem exclusivamente de previsões no edital e no contrato, não havendo previsão legal que as ampare
- b) são exemplos a alteração unilateral e o equilíbrio econômico-financeiro
- c) são exemplos a rescisão unilateral e a fiscalização
- d) não incidem nos contratos decorrentes de inexigibilidade de licitação
- e) não incidem nos contratos decorrentes de casos de licitação dispensável

Questão 45

Quanto à estabilidade do servidor público estatutário é possível afirmar que:

- a) conforme a atual previsão constitucional, se dá após 2 (dois) anos de efetivo exercício dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público
- b) após a estabilidade, o servidor público apenas perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado
- c) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reconduzido, e o eventual ocupante da vaga será demitido, mesmo se estável, sem direito a indenização
- d) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade
- e) o servidor estável não poderá perder o cargo mediante processo administrativo, mesmo que lhe seja assegurada ampla defesa

Questão 46

Acerca dos atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92, é possível afirmar que:

- a) o rol dos atos de improbidade previsto na lei é taxativo
- b) apenas restará configurado ato de improbidade administrativa por dano ao erário se houver o elemento subjetivo dolo
- c) no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio
- d) a Lei de Improbidade Administrativa prevê, dentre outras, as sanções de perda da função pública, multa civil e cassação dos direitos políticos
- e) a Lei de Improbidade é aplicável aos agentes públicos efetivos, mas não aos particulares, mesmo que induzam ou concorram para a prática do ato ou dele se beneficiem

Questão 47

Caio, Procurador do Município de Nova Iguaçu, recebeu processo administrativo para emissão de parecer, acerca de questão envolvendo a cessão de um bem público municipal a terceiro. Após análise do processo, Caio verificou que o mesmo não estava instruído adequadamente, não contendo todas as informações exigíveis para a emissão do opinativo jurídico, razão pela qual restituiu o processo ao órgão de origem para requisitar os esclarecimentos e documentos que se faziam necessários. Entendendo que o caso era urgente, o Secretário Municipal de Governo, que formulou a consulta, apresentou reclamação ao Prefeito, que determinou, então, a

instauração de sindicância no âmbito da referida Secretaria, para apuração da conduta do Procurador. Considerando os fatos narrados e o disposto na Lei Complementar nº 12/2005 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu):

- a) o ato do Prefeito mostrou-se correto, uma vez o fato é relacionado a procedimento da Secretaria Municipal de Governo, que deve apurá-lo
- b) os Procuradores do Município não podem requisitar das autoridades competentes certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções quando houver urgência nos pedidos de parecer
- c) cabe ao Procurador do Município instruir, ele próprio, os processos com as informações que repute necessárias para a emissão de parecer, mesmo que tenha que buscá-las em outros órgãos do Município, razão pela qual não lhe competia devolver o processo
- d) não cabe à Secretaria Municipal de Governo instaurar a sindicância, uma vez que os procedimentos disciplinares envolvendo Procuradores do Município desenvolvem-se no âmbito da Procuradoria Geral do Município
- e) cabe ao Prefeito determinar a instauração de sindicância administrativa envolvendo qualquer servidor efetivo do Município, incluindo os Procuradores do Município

Questão 48

Mário é professor e foi aprovado em concurso público para o referido cargo, existente no quadro permanente de pessoal do Município de Praia Formosa. Joana é médica sanitaria e, após aprovação em processo seletivo formal, foi contratada temporariamente pelo mesmo Município para atuar no período de dezoito meses, durante a execução de um programa municipal que objetivava a erradicação da dengue. Com respeito aos vínculos funcionais dos dois profissionais citados, considere as seguintes assertivas:

I - Mário e Joana são servidores efetivos do Município de Praia Formosa

II - O regime de Joana é de índole contratual

III - Mário integra carreira submetida ao regime estatutário

IV - Ao fim do período mínimo de trabalho previsto na Constituição da República, Joana poderá requerer aposentadoria ao Instituto de Previdência do Município de Praia Formosa

Estão corretas as assertivas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) II e IV
- e) I e IV

Questão 49

João, empresário do ramo de transportes, é antigo desafeto do Prefeito do Município X. Sabendo de sua intenção de adquirir um galpão às margens da principal rodovia que corta o Município e da existência de tratativas já em andamento entre João e o proprietário do terreno, o Prefeito, com base nas competências previstas na Lei Orgânica, faz publicar decreto declarando referido bem de utilidade pública para fins de desapropriação, indicando que o imóvel seria empregado na construção de uma escola, embora não houvesse déficit de vagas na região. O Prefeito:

- a) agiu com excesso de poder, na medida em que não tinha competência para a prática do ato administrativo que declarou o bem de utilidade pública para fins de desapropriação
- b) praticou ato lícito, uma vez que é discricionário o ato consistente na declaração de utilidade pública de um bem para fins de desapropriação
- c) agiu com evidente desvio de poder, na medida em que o que buscava alcançar com a desapropriação do terreno não era a

construção da escola, mas impedir ou dificultar a compra do terreno por João

- d) não estará sujeito a qualquer punição por seu ato, uma vez que não violou regra de competência
- e) praticou ato lícito, porque não violou regra de competência prevista na Lei Orgânica

Questão 50

Os moradores do bairro Procópio, no Município de Bela Fronteira, estão insatisfeitos com o barulho oriundo de bares e restaurantes da região, que no fim do dia colocam mesas e cadeiras nas calçadas, acompanhadas de churrasquinho e outros comércios, além de música alta, até a madrugada. Um grupo de moradores apresentou reclamação à Ouvidoria do Município, que adotou as seguintes providências:

- I) oficiou ao Departamento de Posturas do Município, para que vistoriasse o local
- II) oficiou à Polícia Militar, para que fossem fiscalizados os estabelecimentos, a fim de verificar se possuíam alvará
- III) orientou os reclamantes a comparecerem ao Ministério Público, que possui corpo técnico capacitado para aferir os níveis de ruído a partir da utilização de decibelímetros
- IV) oficiou à Câmara de Vereadores para a instauração de CPI

Em relação às providências listadas:

- a) apenas I está correta
- b) I e III estão corretas
- c) II, III e IV estão corretas
- d) I e II estão corretas
- e) todas estão corretas

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL – 10 QUESTÕES

Questão 51

De acordo com a disciplina do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) alguns processos tramitam em segredo de justiça, **EXCETO** aqueles:

- a) em que o exija o interesse público ou social
- b) que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes
- c) em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade
- d) que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo
- e) que se refiram a questões patrimoniais e direitos disponíveis das partes

Questão 52

Sobre o tema Poder Judiciário, é possível afirmar, segundo as disposições da Constituição da República, que é órgão do Poder Judiciário, **EXCETO**:

- a) Supremo Tribunal Federal
- b) Superior Tribunal de Justiça
- c) Tribunal Superior do Trabalho
- d) Conselho Nacional de Justiça
- e) Tribunal de Contas da União

Questão 53

Em matéria de Fazenda Pública em Juízo e de acordo com as disposições do CPC/2015, é correto afirmar que:

- a) a Fazenda Pública não possui prerrogativas processuais e deve contestar no mesmo prazo em que as partes em geral
- b) incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta
- c) a Fazenda Pública possui prazo em dobro para contestar e prazo em quádruplo para recorrer
- d) é aplicável o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público
- e) o membro da Advocacia Pública não poderá ser civilmente responsabilizado no exercício das suas funções

Questão 54

Cláudio tomou ciência de sentença que lhe foi desfavorável por meio do Diário da Justiça eletrônico no dia 11 de novembro de 2019 (segunda-feira). Considerando que dia 15 de novembro é feriado nacional, o último dia do prazo para Cláudio opor embargos de declaração em face da sentença é:

- a) 20 de novembro de 2019
- b) 19 de novembro de 2019
- c) 18 de novembro de 2019
- d) 16 de novembro de 2019
- e) 17 de novembro de 2019

Questão 55

O Município de Nova Iguaçu pretende cobrar em face de Pedro débitos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) inscritos em dívida ativa e representados em certidão de dívida ativa, devidamente constituída. Para tanto, os instrumentos processuais adequados para que o Município realize a referida cobrança e o meio de defesa do contribuinte são, respectivamente:

- a) execução fiscal/ embargos à execução
- b) ação de consignação em pagamento/ exceção de pré-executividade
- c) processo administrativo fiscal/exceção de pré-executividade
- d) ação declaratória tributária/ embargos à execução
- e) ação de conhecimento com pedido de liminar para pagamento do débito/contestação

Questão 56

Suzane ingressou com ação indenizatória em face do Município de Nova Iguaçu objetivando a reparação civil por danos causados pelo Poder Público. Citado, o Município de Nova Iguaçu não apresentou contestação. Sobre tal situação, é correto afirmar que:

- a) diante da ausência de contestação, os fatos alegados por Suzane se tornaram incontroversos e a ação proposta será necessariamente julgada procedente pelo juízo
- b) diante da revelia do Município, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas por Suzane, ainda que a petição inicial não esteja acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato
- c) as alegações de fato suscitadas por Suzane presumir-se-ão verdadeiras, ainda que forem inverossímeis ou estiverem em contradição com a prova constante dos autos
- d) o Município de Nova Iguaçu poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar
- e) diante da revelia, é vedado ao Município o seu ingresso posterior nos autos e a produção de qualquer prova

Questão 57

Com relação à capacidade civil, é **INCORRETO** afirmar que são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

- a) os maiores de 16 (dezesesseis) e menores de 18 (dezoito) anos
- b) os ébrios habituais e os viciados em tóxico
- c) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade
- d) os pródigos
- e) os menores de 16 (dezesesseis) anos

Questão 58

Em ação de execução fiscal movida pela Fazenda Pública em face de pessoa jurídica de direito privado, frustradas as tentativas de localização do devedor e de seus bens, o juiz defere o redirecionamento da demanda em face de um dos sócios da empresa, incluindo-o no polo passivo. Contra esta decisão, a pessoa jurídica interpõe recurso de apelação que é admitido e provido pelo Tribunal que exclui o sócio do polo passivo da demanda. Nessa situação hipotética, afirma-se que a decisão do Tribunal:

- a) foi correta uma vez que tanto a pessoa jurídica executada como o sócio incluído no polo passivo possuem legitimidade para recorrer no interesse do sócio
- b) foi correta, uma vez que somente a pessoa jurídica possui legitimidade para interpor recurso no interesse do sócio
- c) foi incorreta, uma vez que somente o sócio possui legitimidade para interpor recurso, sendo incabível o recurso de apelação na hipótese
- d) foi correta, uma vez que somente a pessoa jurídica possui legitimidade para interpor recurso no interesse do sócio e o recurso de apelação era cabível na hipótese
- e) foi incorreta, uma vez que somente o sócio tem legitimidade para interpor recurso, sendo que o recurso cabível na espécie era o Agravo Interno

Questão 59

A Lei nº 12.153/2009 dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelecendo, em seu art. 27, a aplicação subsidiária das Leis nº 5.869/73 (CPC/73), Lei nº 9.099/1995 (Lei do Juizado Especial Cível) e Lei nº 10.259/2001 (Lei do Juizado Especial Federal). Segundo o art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.153/2009, são capazes para postular perante o Juizado Especial Fazendário “como autores, as pessoas físicas, as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006”. Diante do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que os incapazes:

- a) não são legitimados a postular perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública, em virtude da expressa vedação da Lei nº 9.099/95, de aplicação subsidiária à Lei nº 12.153/2009
- b) não são legitimados a postular perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública e perante os Juizados Especiais Federais, em virtude da expressa vedação da Lei nº 9.099/95, de aplicação subsidiária à Lei nº 12.153/2009 e à Lei nº 10.259/2001
- c) são legitimados a postular perante os Juizados Especiais Cíveis, Juizado Especial Federal e Juizado Especial Fazendário, inexistindo vedação na Lei nº 9.099/95, Lei nº 10.259/2001 ou na Lei nº 12.153/2009
- d) não são legitimados a postular perante os Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais da Fazenda Pública e Juizados Especiais Federais, em virtude da expressa vedação da Lei nº 9.099/95, de aplicação subsidiária à Lei nº 12.153/2009 e Lei nº 10.259/2001
- e) são legitimados a postular perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública, uma vez que a Lei nº 12.153/2009 ao tratar da legitimidade ativa das demandas que lhe são submetidas, faz alusão às pessoas físicas sem ressaltar qualquer restrição quanto aos incapazes

Questão 60

Ao comentar os dispositivos da Lei nº 13.105/2015 (CPC/2015), Cássio Scarpinella Bueno afirma que "... o novo CPC é repleto de invocações explícitas a princípios constitucionais como o do contraditório...", concluindo que "... É no contexto destes princípios constitucionais que o novo CPC explicita no plano infraconstitucional, em seu art. 10, a expressa vedação da prolação de "decisões-surpresa". Segundo o CPC/2015, o juiz:

- a) em nenhuma hipótese, poderá reconhecer a prescrição e a decadência sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se
- b) poderá reconhecer a prescrição e a decadência, de ofício ou a requerimento da parte, julgando extinto o processo sem resolução do mérito
- c) não poderá julgar liminarmente improcedente o pedido quando verificar, desde logo, *ex officio*, a ocorrência de decadência ou de prescrição
- d) independentemente da citação do réu, pode julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição, julgando extinto o processo com resolução de mérito
- e) poderá reconhecer a prescrição de ofício ou a requerimento da parte e a decadência apenas a requerimento da parte, julgando, em ambos os casos, extinto o processo com resolução do mérito